



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS - S.7



Processo nº: 29.153/12

Apensos nºs: 053.000.860/95 e 480.000.583/12

Jurisdicionada: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE

Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT

MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Advogado: Dr. Arnaldo Botelho Barbosa (OAB/DF 15.964)

Sessão: Pauta nº 23, S.O. nº 4944, de 18.4.2017

Publicação: DODF nº 72, de 13.4.2017, pág. 12

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão de sua passagem para a inatividade. Não houve mudança de domicílio. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a citação do servidor militar beneficiário (Decisão nº 4.756/14-CPM). Apresentação de razões de defesa. Improcedência da resposta oferecida, irregularidade das contas, cientificação do responsável para recolher o valor do débito e aplicação da pena de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital (Decisão nº 3.581/15- CPM e Acórdãos nºs 433/15 e 434/15). Oposição de Embargos de Declaração. Rejeição (Decisão nº 4.808/15-CPM). Interposição de Recurso de Reconsideração. Desprovisionamento do apelo (Decisão nº 3.532/16-CPT). Oposição de Embargos de Declaração. Rejeição (Decisão nº 4.653/16-CPT). Falecimento do responsável. PARECERES CONVERGENTES: notificação do espólio/herdeiros. VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS - S.7



Indenização de Transporte ao Cap. BM Ref. ALCY BATISTA DE OLIVEIRA, em razão da sua passagem para a inatividade.

2. A Comissão de Tomada de Contas Especial, verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo apurado no valor original de R\$ 15.433,67, conforme Relatório de TCE nº 249/2013/GETCE/DIEXE (fls. 57/61 do processo apenso).
3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria-TCE nº 044/2014-DISEG/CONAS/CONT/STC (fl. 84 do processo apenso).
4. No Tribunal foi determinada a citação do beneficiário do pagamento indevido (Decisão nº 4.756/14-CPM, fl. 56).
5. Efetuada a comunicação devida, o Cap. BM Ref. ALCY BATISTA DE OLIVEIRA (beneficiário do pagamento indevido) apresentou as alegações de defesa de fls. 63/77.
6. O Tribunal, na Sessão realizada em 13.8.2015, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 3.581/15 (fl. 105), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3.581/15 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da defesa apresentada pelo 2º TEN RRm ALCY BATISTA DE OLIVEIRA, beneficiário do pagamento indevido (fls. 63/77), para, no mérito, considerá-la improcedente; II – julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas especiais em exame; III – notificar o 2º TEN RRm ALCY BATISTA DE OLIVEIRA (beneficiário do pagamento indevido) a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de 183.764,62 (atualizado em 15.5.2015), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03; IV – autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94; V – aplicar ao 2º TEN RRm ALCY BATISTA DE OLIVEIRA (beneficiário do pagamento indevido) a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo período de 5 (cinco) anos; VI – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS - S.7



providências cabíveis.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCD/Procuradora MÁRCIA FARIAS."

7. Em decorrência do decidido, foram expedidos os Acórdãos nºs 433/15 e 434/15 (fls. 106/107).

8. Ato contínuo, o Cap. BM Ref. ALCY BATISTA DE OLIVEIRA (beneficiário do pagamento indevido) opôs os Embargos de Declaração de fls. 110/113, que foram rejeitados na Sessão de 15.10.2015 (Decisão nº 4.808/15-CPM, fl. 118).

9. Irresignado, o servidor militar interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 123/136 e os Embargos de Declaração de fls. 183/187, os quais foram, respectivamente, desprovido e rejeitados (Decisões nºs 3.532/16-CPT e 4.653/16-CPT, fls. 178 e 206).

10. O valor do débito não foi recolhido no prazo fixado, razão pela qual a Secretaria de Contas oficiou a Corporação para que tomasse providências com vistas ao desconto integral ou parcelado da quantia de R\$ 215.420,78 (Ofício nº 513/2016 – SECONT, fl. 209).

11. Em resposta, o Chefe de Gabinete, em exercício, do Comandante-Geral da Corporação, por meio do Ofício SEI-GDF nº 30/2017 – CBMDF/GABCG (fls. 210/211), comunicou o falecimento do beneficiário indevido (Certidão de Óbito de fl. 212) e a impossibilidade de efetuar os descontos determinados.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

12. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 15/2017 - SECONT (fls. 214/215), de 9.2.2017, analisa a matéria nos termos seguintes:

*"Tratam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, neste caso, do militar **Alcy***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS - S.7



Batista de Oliveira.

2. Regularmente citado (fl. 57), o militar apresentou defesa (fls. 63/77), que foi considerada improcedente pelo Tribunal com o consequente julgamento das contas como irregulares, imputação de débito e inabilitação, consoante os termos da Decisão nº 3.581/2015 (fl. 105) e dos Acórdãos nºs. 433/2015 e 434/2015 (fls. 106/107)

3. Irresignado, o militar interpôs recurso de reconsideração (fls. 123/136), que foi desprovido nos termos da Decisão nº 3532/16 (fl. 178). Os Embargos de Declaração (fls. 110/113 e 183/187) apresentados nos autos também foram rejeitados, consoante as Decisões nº 4808/15 e 4653/16 (fls. 118 e 206).

4. Transcorrido o prazo da notificação (fl. 207), sem comprovação do recolhimento do débito, foram adotadas as providências com vistas ao desconto parcelado da quantia devida nos proventos do responsável (fl. 209).

5. Contudo, por meio do expediente de fls. 210/211, o CBMDF informou não ter sido possível implementar os referidos descontos, tendo em vista o falecimento do responsável, ocorrido em **30.06.2016**, conforme Certidão de Óbito juntada à fl. 212.

6. No presente feito, cabe observar que o militar Alcy Batista de Oliveira – ainda em vida - foi citado validamente, exerceu plenamente o seu direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como manejou recurso nos autos. Eis que a decisão condenatória e o título executivo foram gerados ante morte do responsável, portanto, o processo encontra-se validamente desenvolvido.

7. Por conseguinte, constatado o dano a que dera causa o responsável falecido, resta claro que a obrigação de repará-lo deva ser suportada pelo espólio ou herdeiros, a teor do disposto no inciso XLV do art. 5º da CF/88¹.

8. Para que se dê prosseguimento à cobrança da dívida, considerando que a notificação de fls. 207, expedida em 27.09.2016, foi encaminhada post mortem do responsável, convém seja efetuada a notificação do espólio, na pessoa da Srª. Célia de Faria Oliveira, cônjuge supérstite do militar falecido, conforme consta na Certidão de óbito de fl. 212, em analogia ao previsto no art. 165, § 2º, do RITCDF².

¹ 1 “CF/88 - Art. 5º [...]”;

.....

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;” (destacamos)

² 2 RITCDF - Art. 165. [...]”;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS - S.7



*9. Cabe informar que, mediante pesquisa realizada no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE (fl. 213), verificou-se que consta **pensão vitalícia** instituída pelo militar falecido em benefício da Sra. Célia de Faria Oliveira.”*

13. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. conhecer dos termos do ofício nº 30/2017 – CBMDF-GABCG, fls. 210/211 e da Certidão de Óbito de fls. 212;

II. autorizar a notificação do espólio do Sr. Alcy Batista de Oliveira, na pessoa da Srª. Célia de Faria Oliveira, viúva do militar falecido para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o valor atualizado do débito de que trata a Decisão nº 3.581/2015 e o Acórdão nº 433/2015, autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do artigo 29 da LC 01/1994, caso não haja manifestação da interessada;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 244/17 (fls. 218/222), de 28.3.2017, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, endossa as conclusões da Unidade Instrutiva.

É o Relatório.

§ 2º Falecido o responsável e evidenciada a sucessão na responsabilidade de ressarcimento, o Tribunal ordenará a citação do cônjuge ou companheiro(a) supérstite, dos herdeiros ou sucessores e dos corresponsáveis por fiança ou seguro, para apresentar defesa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS - S.7



VOTO

15. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao Cap. BM Ref. ALCY BATISTA DE OLIVEIRA, em razão da sua passagem para a inatividade.

16. Concluídas as apurações devidas, a Corte imputou ao servidor militar, por meio da Decisão nº 3.581/15- CPM, mantida pelas Decisões nºs 4.808/15-CPM, 3.532/16-CPT e 4.653/16-CPT, o débito de R\$ 215.420,78 (atualizado em dezembro de 2016, fl. 209).

17. O mencionado valor não foi recolhido no prazo fixado, razão pela qual a Secretaria de Contas oficiou a Corporação para que tomasse providências com vistas ao seu desconto integral ou parcelado (Ofício nº 513/2016 – SECONT, fl. 209).

18. Em resposta, o Chefe de Gabinete, em exercício, do Comandante-Geral da Corporação, por meio do Ofício SEI-GDF nº 30/2017 – CBMDF/GABCG (fls. 210/211), comunicou o falecimento do beneficiário indevido (Certidão de Óbito de fl. 212) e a impossibilidade de efetuar os descontos determinados.

19. O Corpo Técnico, considerando que notificação da última deliberação plenária (Decisão nº 4.653/16-CPT) foi expedida em 27.9.2016 (fl. 207) após a morte do servidor militar, que ocorreu em 30.5.2016, sugere, em analogia ao previsto no art. 165, § 2º, do RITCDF, a notificação do espólio, na pessoa da Srª. Célia de Faria Oliveira, cônjuge supérstite.

20. O Ministério Público aquiesce à proposição da Instrução, sem acréscimos.

Não havendo reparos nas considerações tecidas nos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do expediente de fls. 210/211 e da Certidão de Óbito de fl. 212;

II. autorize a notificação do espólio do Cap. BM Ref. Alcy Batista de Oliveira, na pessoa da Srª. Célia de Faria Oliveira, viúva do militar falecido para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha o valor atualizado do débito de que trata a Decisão nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS - S.7



3.581/15 e o Acórdão nº 433/15, autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/94, caso não haja manifestação da interessada;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes

Sala das Sessões, 18 de abril de 2017.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator